



# Câmara Municipal de Ouro Branco

PROJETO DE LEI 01/2026.

Câmara Municipal de Ouro Branco  
Protocolo Geral

Nº 01 Data entrada 05/01/26

Horário 12:10 Data saída / /

Destino Arquivo

Edson Henrique Moreira  
Assinatura Responsável

Institui a Política Municipal de Escola Segura, cria o Manual Escola Segura Municipal como instrumento técnico-operacional e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE OURO BRANCO, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo o seguinte:

## CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 1º.** Fica instituída a Política Municipal de Escola Segura, com a finalidade de promover a prevenção da violência, a proteção da integridade física e psicológica e a preservação da ordem no ambiente das unidades escolares da rede municipal de ensino.

**Art. 2º.** A Política Municipal de Escola Segura reger-se-á pelos seguintes princípios:

- I – proteção integral da criança e do adolescente;
- II – prevenção como prioridade;
- III – preservação da vida;
- IV – respeito aos direitos humanos;
- V – atuação integrada e coordenada entre os órgãos públicos.

## CAPÍTULO II - DOS OBJETIVOS

**Art. 3º.** São objetivos da Política Municipal de Escola Segura:

- I – prevenir situações de violência no ambiente escolar;







# Câmara Municipal de Ouro Branco

---

- II – padronizar protocolos de segurança e resposta a emergências;
- III – promover a cultura de paz e a mediação de conflitos;
- IV – fortalecer a integração entre escola, família e Poder Público;
- V – assegurar resposta organizada, rápida e proporcional a situações de risco.

## **CAPÍTULO III - DAS DIRETRIZES E EIXOS DE ATUAÇÃO**

**Art. 4º.** A Política Municipal de Escola Segura será implementada observando-se, dentre outros, os seguintes eixos:

- I – segurança preventiva e controle de acesso;
- II – prevenção psicossocial e mediação de conflitos;
- III – integração com as forças de segurança e órgãos de proteção;
- IV – capacitação contínua dos profissionais da educação;
- V – comunicação institucional e resposta a emergências.

## **CAPÍTULO IV - DA INTEGRAÇÃO INSTITUCIONAL**

**Art. 5º.** O Poder Executivo poderá firmar parcerias, convênios ou termos de cooperação com órgãos públicos e entidades, especialmente:

- I – Polícia Militar;
- II – Polícia Civil;
- III – Guarda Municipal;
- IV – Corpo de Bombeiros;
- V – Conselho Tutelar;
- VI – Secretarias Municipais competentes.

## **CAPÍTULO V - DO MANUAL ESCOLA SEGURA MUNICIPAL**

**Art. 6º.** Fica instituído o Manual Escola Segura Municipal, como instrumento técnico-operacional de execução da Política Municipal de Escola Segura.







# Câmara Municipal de Ouro Branco

---

§ 1º. O Manual Escola Segura Municipal conterá normas, diretrizes, protocolos e procedimentos operacionais padronizados destinados à prevenção da violência e à resposta a situações de risco no ambiente escolar.

§ 2º. O Manual Escola Segura Municipal não integra o texto legal, constituindo-se em ato administrativo normativo, devendo ser aprovado, regulamentado e atualizado por ato do Poder Executivo.

§ 3º. As unidades escolares da rede municipal de ensino deverão observar obrigatoriamente as disposições constantes do Manual Escola Segura Municipal.

## CAPÍTULO VI - DA REGULAMENTAÇÃO

**Art. 7º.** Compete ao Poder Executivo regulamentar esta Lei, mediante a edição dos atos normativos necessários à sua execução, inclusive quanto à aprovação e atualização do Manual Escola Segura Municipal.

## CAPÍTULO VII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 8º.** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Art. 9º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro Branco, 05 de janeiro de 2026.

NEYMAR  
MAGALHAES  
MEIRELES:0568632  
0608  
**Neymar Magalhães Meireles**  
Vereador

Assinado de forma digital  
por NEYMAR MAGALHAES  
MEIRELES:05686320608  
Dados: 2026.01.05  
09:32:46 -03'00'







# Câmara Municipal de Ouro Branco

---

## ANEXO I

### MANUAL ESCOLA SEGURA MUNICIPAL

#### Normas, Protocolos e Procedimentos Operacionais Padrão para a Segurança no Ambiente Escolar

#### CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 1º.** O presente Manual estabelece normas e procedimentos operacionais padronizados destinados à prevenção da violência, à proteção da integridade física e psicológica e à preservação da ordem no ambiente das unidades escolares da rede municipal de ensino.

**Art. 2º.** O Manual integra a Política Municipal de Escola Segura, instituída por lei específica, possuindo caráter normativo e vinculante.

#### CAPÍTULO II - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

**Art. 3º.** O Manual fundamenta-se na Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e demais normas aplicáveis.

#### CAPÍTULO III - DOS OBJETIVOS

**Art. 4º.** São objetivos do Manual:

- I – padronizar procedimentos de segurança escolar;
- II – orientar a atuação das unidades escolares em situações de risco;
- III – assegurar resposta organizada e proporcional a emergências;







# Câmara Municipal de Ouro Branco

---

IV – promover a cultura da prevenção e da proteção integral.

## **CAPÍTULO IV - DAS RESPONSABILIDADES**

**Art. 5º.** Compete à direção da unidade escolar assegurar o cumprimento integral deste Manual.

**Art. 6º.** Compete aos servidores e colaboradores conhecer, observar e cumprir os protocolos estabelecidos.

## **CAPÍTULO V - DO CONTROLE DE ACESSO E SEGURANÇA PREVENTIVA**

**Art. 7º.** As unidades escolares deverão adotar mecanismos de controle de acesso, incluindo identificação de visitantes e registro de entrada e saída.

**Art. 8º.** É vedada a circulação de pessoas estranhas sem autorização da direção.

## **CAPÍTULO VI - DOS PROTOCOLOS DE SITUAÇÕES DE RISCO**

### **Seção I – Ameaças Externas**

**Art. 9º.** Diante de ameaça externa, deverão ser adotadas medidas de isolamento preventivo e acionadas as forças de segurança.

### **Seção II – Conflitos Internos**

**Art. 10.** Conflitos internos deverão ser imediatamente controlados, com comunicação à direção e aos responsáveis legais.

### **Seção III – Situações de Risco Extremo**







# Câmara Municipal de Ouro Branco

---

**Art. 11.** situações de risco extremo, a prioridade absoluta será a preservação da vida, sendo vedadas iniciativas individuais não autorizadas.

## **Seção IV – Incêndios e Desastres**

**Art. 12.** Deverão ser observadas as rotas de evacuação e acionado o Corpo de Bombeiros.

## **CAPÍTULO VII - DA COMUNICAÇÃO EM EMERGÊNCIAS**

**Art. 13.** A comunicação em situações de emergência será centralizada pela direção da unidade escolar.

## **CAPÍTULO VIII - DA PREVENÇÃO PSICOSSOCIAL**

**Art. 14.** As unidades escolares deverão adotar medidas de prevenção psicossocial, combate ao bullying e mediação de conflitos.

## **CAPÍTULO IX - DA CAPACITAÇÃO**

**Art. 15.** Os servidores deverão participar de capacitações periódicas sobre segurança escolar.

## **CAPÍTULO X - DA INTEGRAÇÃO INSTITUCIONAL**

**Art. 16.** As unidades escolares manterão articulação permanente com os órgãos de segurança e proteção.

## **CAPÍTULO XI - DOS REGISTROS E RELATÓRIOS**

**Art. 17.** Toda ocorrência relevante deverá ser formalmente registrada.







# Câmara Municipal de Ouro Branco

---

## CAPÍTULO XII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 18.** O Manual deverá ser avaliado e atualizado periodicamente pelo Poder Executivo.







# Câmara Municipal de Ouro Branco

---

## JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem por finalidade instituir a Política Municipal de Escola Segura, estabelecendo princípios, objetivos e diretrizes gerais voltadas à prevenção da violência e à proteção da integridade física e psicológica da comunidade escolar no âmbito da rede municipal de ensino.

A proposição apresenta-se juridicamente adequada, constitucional e em conformidade com a técnica legislativa, não padecendo de qualquer vício de iniciativa ou afronta à separação de poderes, conforme se demonstra a seguir.

A matéria objeto do Projeto insere-se no âmbito da competência legislativa municipal, nos termos do art. 30, incisos I e II, da Constituição da República, por tratar de assunto de interesse local e complementar a legislação federal e estadual no que couber.

Além disso, a proteção da criança e do adolescente constitui dever prioritário do Poder Público, nos termos do art. 227 da Constituição Federal e do Estatuto da Criança e do Adolescente, legitimando a atuação do Município na formulação de políticas públicas preventivas no ambiente escolar.

O presente Projeto de Lei não invade a competência privativa do Chefe do Poder Executivo, uma vez que:

- não cria cargos, funções ou empregos públicos;
- não altera a estrutura administrativa do Município;
- não impõe obrigações diretas e imediatas de execução administrativa, não carecendo de indicação de dotações orçamentárias;
- não gera despesa obrigatória sem previsão legal.

A proposição limita-se a instituir política pública em nível normativo, fixando diretrizes gerais, o que é plenamente admitido à iniciativa parlamentar, conforme entendimento pacífico do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais de Contas.







# Câmara Municipal de Ouro Branco

---

A execução da política instituída fica expressamente condicionada à regulamentação pelo Poder Executivo, respeitando-se, assim, o princípio da separação dos poderes.

## III – DA CORRETA UTILIZAÇÃO DO MANUAL ESCOLA SEGURA MUNICIPAL

O Projeto de Lei institui o Manual Escola Segura Municipal como instrumento técnico-operacional, deixando claro que:

- o Manual não integra o texto legal;
- possui natureza de ato administrativo normativo;
- será aprovado, regulamentado e atualizado exclusivamente pelo Poder Executivo.

Tal modelagem evita o engessamento da política pública, assegura flexibilidade administrativa e preserva integralmente a competência regulamentar do Executivo, afastando qualquer alegação de ingerência legislativa indevida.

## IV – DA CONSTITUCIONALIDADE MATERIAL E FORMAL

Sob o aspecto formal, o Projeto observa a técnica legislativa adequada, com estrutura clara, coerente e compatível com o ordenamento jurídico vigente.

Sob o aspecto material, a proposição encontra amparo:

- na Constituição Federal;
- no Estatuto da Criança e do Adolescente;
- na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- nos princípios da prevenção, proteção integral e preservação da vida.







# Câmara Municipal de Ouro Branco

---

Não se verifica qualquer afronta a direitos fundamentais ou princípios constitucionais, mas, ao contrário, o fortalecimento de garantias essenciais à comunidade escolar.

## V – DO INTERESSE PÚBLICO E DA FINALIDADE PREVENTIVA

O Projeto de Lei possui nítido interesse público, ao antecipar ações preventivas e estruturadas, evitando respostas improvisadas a situações de crise.

Destaca-se ainda que a presente proposta de instituição da Política Municipal de Escola Segura em Ouro Branco encontra respaldo em experiências exitosas já implementadas em diversos municípios brasileiros, que vêm adotando protocolos e programas específicos para a promoção de ambientes escolares mais seguros, acolhedores e integrados à comunidade.

Destacam-se, entre essas iniciativas:

- O **Plano de Convivência Escolar** de Belo Horizonte (MG), que estrutura diretrizes e ações voltadas à prevenção da violência, à promoção da cultura de paz e à resolução de conflitos, com participação ativa da comunidade escolar.
- O **Programa Escola + Segura** de Niterói (RJ), que integra monitoramento das unidades escolares, protocolos de segurança, capacitação de profissionais e articulação com as forças de segurança pública.
- O **Programa Escola Segura** de Novo Hamburgo (RS), que contempla controle de acesso, resposta rápida a emergências, apoio psicossocial e envolvimento comunitário.
- O **Protocolo Estadual de Segurança para Instituições Escolares** de Minas Gerais, elaborado em parceria com órgãos de segurança, Ministério Público e entidades educacionais, orientando ações preventivas e de intervenção em situações de risco.







# Câmara Municipal de Ouro Branco

---

Por fim, conclui-se que se trata de iniciativa responsável, equilibrada e necessária, que promove segurança sem criminalização do ambiente escolar, valorizando o planejamento, a integração institucional e a proteção da vida.

Isto posto, espera-se o apoio dos nobres Pares para sua aprovação.

Ouro Branco, 05 de janeiro de 2025.

NEYMAR  
MAGALHAES  
MEIRELES:056863  
20608

Assinado de forma digital  
por NEYMAR  
MAGALHAES  
MEIRELES:05686320608  
Dados: 2026.01.05  
09:33:26 -03'00'

**Neymar Magalhães Meireles**  
**Vereador**

